

Participação de transexuais nas práticas corporais: problematizações potentes para a Educação Física Escolar

Daniel Teixeira Maldonado¹, Ana Lara Marcelo Costa²

Resumo

Este estudo possui como objetivo analisar as publicações realizadas sobre a participação de transexuais nas práticas corporais, na perspectiva de produzir problematizações que possam potencializar esse debate nas aulas de Educação Física Escolar. Trata-se de pesquisa qualitativa, de interpretação de documentos em ambiente virtual online. Foram analisadas todas as reportagens publicadas no Blog Dibradoras, jornal El País Brasil, revista Carta Capital e Portal Geledés a respeito da temática em discussão. O material empírico foi submetido à análise temática. Os resultados evidenciaram os seguintes temas: pioneirismo transexual no mundo esportivo, dificuldade de aceitação e preconceito em times e federações esportivas, debates científicos e morais e a segregação esportiva. Em via das conclusões apresentadas, é visível que esses meios de comunicação, ainda que em baixa quantidade de material, buscam promover a inclusão e a aceitação dos atletas transgêneros nas práticas corporais.

Palavras-chave

Práticas Corporais. Relações de Gênero. Transexuais. Educação Física Escolar.

¹ Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Brasil; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil. E-mail: danielmaldonado@yahoo.com.br.

² Aluna do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Jacareí, Brasil; bolsista de iniciação científica do projeto WASH. E-mail: analarac019@gmail.com.

Transexual participation in corporeal practices: intense problematizations for School Physical Education

Daniel Teixeira Maldonado³, Ana Lara Marcelo Costa⁴

Abstract

This study aims to analyze publications on transexual people's participation in corporal practices, with the perspective of feeding the debate with potentiating problematizations around Physical Education Classes. This qualitative research is about document interpretation in the virtual environment, analyzing all stories on the theme issued in the blog Dibradoras, the newspaper El País Brazil, the magazine Carta Capital, and the portal Geledés. Empirical material underwent thematic analysis. Outcomes evidenced the following themes: transexual pioneering in the sports world, acceptance difficulty, prejudice in teams and sports federations, scientific and moral debates, and sports segregation. This quick overview already shows that communication media is engaged in including and accepting transgender athletes in corporal practices.

Keywords

Corporeal Practices. Gender Relations. Transexuals. School Physical Education.

³ PhD in Physical Education, São Judas Tadeu University, State of São Paulo, Brazil; postdoctoral internship at the Faculty of Education, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo, State of São Paulo, Brazil. E-mail: danielmaldonado@yahoo.com.br.

⁴ Student of the Technical Course in Administration integrated to the High School, Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo, Campus Jacareí, State of São Paulo, Brazil; scientific initiation scholarship holder of the WASH project. E-mail: analarac019@gmail.com.

Introdução

A escola pode ser um espaço privilegiado para problematizar os conhecimentos de grupos que foram historicamente marginalizados e subjugados em diversos contextos da sociedade. Especificamente nas aulas de Educação Física Escolar, a participação de transexuais nas práticas corporais é um tema potente para ser problematizado, principalmente com um olhar das Ciências Humanas e Sociais (MALDONADO, 2021).

Para Maldonado e Freire (2022) e Maldonado, Silva e Martins (2022), os currículos da Educação Física Escolar inspirados nas teorias críticas e pós-críticas advogam pela problematização dos marcadores socioculturais contemporâneos que constituem a sociedade nas aulas do componente, destacando a relevância dos aspectos de gênero e de sexualidade que forjam a cultura das práticas corporais para construção de uma estrutura social justa, equitativa e diversa.

Dornelles, Wenez e Schwengber (2013), Deive (2017), e Deive e Brito (2021) organizaram obras que colocam em evidência o debate das relações de gênero e sexualidade que abarcam o corpo e as danças, as lutas, as ginásticas, os esportes, os jogos e as brincadeiras na sociedade contemporânea, tensionando os temas que precisam ser problematizados nas aulas de Educação Física na Educação Básica.

Assim, Fonseca e Brito (2022) apontam que a luta por uma perspectiva inclusiva na Educação Física Escolar se caracteriza por construções coletivas, transformações epistemológicas do campo, organização das práticas político-pedagógicas, reconhecimento de direitos e na mudança efetiva das concepções e propostas políticas, pedagógicas e metodológicas da área, ressignificando processualmente, de forma colaborativa, ações democráticas, participativas e acolhedoras aos diversos modos de ser e estar no mundo.

Essa forma de pensar a Educação Física potencializa o debate a respeito da participação de pessoas transexuais no mundo esportivo. Camargo (2016) apresenta a ideia de corpos dissonantes como aqueles que se colocam nos limites fronteiros dos corpos normativos, considerados desviantes da “norma”, afastados dos padrões de beleza, estética e/ou eficiência idealizados e validados pelas sociedades ocidentais contemporâneas e que estão em vigor em disputas esportivas, principalmente nos megaeventos realizados internacionalmente.

Na perspectiva de contribuir com esse debate, este estudo possui como objetivo analisar as publicações realizadas a respeito da participação de transexuais nas práticas corporais, visando produzir problematizações que possam potencializar esse debate nas aulas de Educação Física Escolar.

Método

Trata-se de pesquisa qualitativa, de interpretação de documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) em ambiente virtual online. Na perspectiva de Lüdke e André (2003), a análise documental se constitui como uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um determinado problema. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano, sendo que a escolha do material de análise nunca é aleatória. Existem sempre alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando essa seleção.

Assim, esta pesquisa buscou respostas ao objetivo do estudo nos dados verbais das reportagens disponíveis nos endereços digitais do Blog Dibradoras, no jornal El País Brasil, na revista Carta Capital e no Portal Geledés. Essas fontes foram escolhidas pelo caráter progressista do escopo editorial desses meios de comunicação, já que eles podem ser considerados expressões da criatividade humana por conta da tecnologia desenvolvida em um determinado momento histórico. Todavia, é sempre preciso reconhecer a serviço “do que” e “de quem” os meios de comunicação estão, já que essa é uma questão de política e poder (FREIRE; GUIMARÃES, 2003).

A investigação foi efetuada em etapas: 1. exploração de todas as abas e links disponíveis no endereço eletrônico; 2. localização das reportagens sobre a participação de pessoas transexuais nas práticas corporais publicadas nesses ambientes virtuais; 3. leitura e seleção de todo o acervo digital que versa sobre a temática da pesquisa; 4. análise temática; 5. organização dos temas em tabelas e textos descritivos.

O material empírico foi submetido à análise temática, que possibilita uma descrição detalhada e diferenciada sobre um tema específico ou grupo de temas. Portanto, a análise temática envolve a busca a partir de um conjunto de materiais, sejam originários de entrevistas, grupos focais ou de uma série de textos, a fim de encontrar os padrões repetidos de significados, a partir de um constante movimento de reflexão crítica (BRAUN; CLARKE, 2006).

Utilizamos as seis fases da análise temática nesta pesquisa, como sugerido por Braun e Clarke (2006). Na fase 1, nos familiarizamos com os dados, mergulhando no material com a intencionalidade de alcançar com profundidade e amplitude o conteúdo. Na fase 2, produzimos códigos iniciais a partir dos dados. Ao iniciar a construção dos temas, entramos na fase 3 da análise temática, que se efetivou quando todos os códigos estavam codificados e agrupados no conjunto dos dados. Durante a fase 4, revisamos os temas e os extratos codificados, produzindo

um refinamento da análise temática. Assim, entramos na fase 5 com a definição e denominação dos temas. A fase 6 foi organizada pela escrita dos dados produzidos, fornecendo uma análise concisa, coerente e lógica.

Resultados e Discussão

Para a realização deste artigo, foram analisados quatro importantes meios de comunicação do Brasil: Portal Geledés, blog Dibradoras, revista Carta Capital e jornal El País Brasil, que, com mais de 6.600 reportagens analisadas, apenas 16 delas se referiam à participação de transexuais no mundo esportivo. A maioria desses canais diz ter medidas progressistas e diversificadas, como o Portal Geledés, que discute e se posiciona sobre temas de grupos marginalizados na sociedade, não focando somente no esporte, foram encontradas sete notícias relacionadas ao tema estudado no site. Com um posicionamento parecido, tem-se o blog Dibradoras, que apresenta a participação feminina no esporte, contando com uma reportagem relacionada a transexuais no segmento. Já a Carta Capital tem como um de seus valores e missão a diversidade esportiva. Todavia, ao pesquisar a participação de pessoas transgêneros nesse espaço, apenas duas publicações foram encontradas. Por fim, o jornal El País Brasil apresentou seis registros na página de esporte relacionados ao tema abordado na pesquisa.

A seguir, será mostrada a divisão das notícias analisadas de acordo com seu tema. No total, foram criadas três categorias temáticas para a explicação do fenômeno estudado.

Pioneirismo transexual no mundo esportivo

Esse tema foi composto por sete reportagens e mostra notícias de atletas transexuais que foram os(as) primeiros(as) a participarem legalmente de algum esporte, bem como seus processos e aceitações.

O esporte é uma das práticas corporais que mais possui poder de união no mundo, unindo classes, gêneros, etnias e nações diferentes. No entanto, sabe-se que a conquista para a diversidade nesse meio é lenta e gradual, sendo inicial e majoritariamente praticado por homens brancos de classe média ou alta. Atualmente, a diversidade de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ vem tomando cada vez mais espaço, seja na televisão, no mundo do trabalho e, inclusive, no esporte. Esse tópico, porém, é discutido de maneira incerta, delicada e até mesmo

preconceituosa quando se trata da participação de pessoas transexuais nas manifestações da cultura corporal.

Ao pesquisar notícias sobre pessoas transgêneros é perceptível a pouca participação delas em todos os aspectos da vida pública, ocupando pequenos espaços na sociedade de maneira geral, sobretudo no Brasil, já que, segundo dados da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra), é o país que mais mata transexuais no mundo, fazendo com que a expectativa de vida dessa parcela da população seja de 35 anos na sociedade, como mostra a única reportagem do blog Dibradoras sobre a jogadora argentina Mara Estefania Gomez. Dessa forma, existir já é difícil, e participar do esporte se torna um desafio quase impossível, principalmente quando pouco se fala do assunto, papel que seria da mídia, mas que ainda é tímido no cenário nacional.

Pelo resultado obtido das análises, é fato que o tema ainda é pouco abordado pelos citados veículos midiáticos, entretanto, a própria aprovação legal de transexuais nas práticas esportivas só foi efetivada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2016. Essa medida foi explicada nas reportagens dos sites Carta Capital, Dibradoras e El País Brasil, ao apresentarem o processo de estreia de atletas trans no esporte. Com a notícia mais recente, a Carta Capital divulgou em maio de 2021: “Itália tem primeira atleta transgênero vestindo a camisa da seleção”, que mostrou a história da velocista Valentina Petrillo, que naquele ano iria disputar o Campeonato Europeu de Atletismo Paraolímpico na Polônia como representante de seu país, sendo a primeira a realizar tal ato, uma representação significativa no esporte e na comunidade trans.

Nessa matéria, o autor do texto conta a trajetória de transição de Valentina no esporte e como essa discussão se iniciou no cenário global. Explica que, até 2003, esse não era um tópico discutido no meio, mas a partir daquele ano, o COI se mostrou disposto a estudar o tema. Contudo, havia algumas restrições para a inclusão dos(das) esportistas, como dito no texto: “Os atletas tinham que se submeter à cirurgia para a mudança de sexo e fazer dois anos de terapia hormonal. Também era preciso apresentar um documento de identidade com a certificação legal de seu gênero masculino ou feminino” (CARTA CAPITAL, 2021).

Em 2016, uma comissão médica apresentada pela Dra. Joanna Harper foi capaz de fazer o Comitê mudar sua política, tornando possível a participação de atletas transexuais no esporte sem que fosse necessária a obrigatoriedade da cirurgia de mudança de sexo, mas mantendo a terapia hormonal. Com isso, a velocista que passou pelo tratamento em 2019 disse que, por mais que seu desempenho tenha diminuído significativamente, ela está dentro dos parâmetros estabelecidos pelo COI, e por isso atletas trans, como ela, não mantêm vantagens sobre atletas

cisgêneros – pessoas que se identificam biologicamente com o sexo em que nasceram. Além disso, ela diz que o processo é doloroso, mas teve que o fazer para poder se sentir alinhada de corpo e mente: “Não sinto que estou roubando nada de ninguém. Estou no lugar certo concorrendo com as mulheres. [...] Eu me sinto mulher e é justo competir com mulheres” (CARTA CAPITAL, 2021)

Detalhando a terapia hormonal e a estreia de uma atleta transexual no esporte, o Dibradoras publicou em março de 2021 a seguinte reportagem: “1ª jogadora trans no futebol argentino: ‘Hoje posso ser quem realmente sou’”, escrita pela jornalista Laís Malek, que conta a história da atleta Mara Estefania Gomez. Nela, a autora narra a emoção da jogadora e a paixão pelo futebol, bem como sua história ao jogar profissionalmente aos 23 anos. Apesar da conquista, o texto também explica a medida do COI em relação a atletas transgêneros e o que Mara, que é formada em enfermagem, pensa a respeito.

Para que um atleta transexual possa participar legalmente de jogos esportivos, o COI determina que mulheres trans devem passar pela terapia hormonal por, pelo menos, um ano antes das competições, ao passo que para homens trans isso não é necessário, como esclarecem os três sites que explicam a medida. Para o procedimento, exige-se que essas esportistas mantenham o nível de testosterona abaixo de 10 nanomols por litro de sangue (nmol/L). Atletas como a velocista Valentina seguem o procedimento sem reclamar, pois para ela aquilo também é necessário pessoalmente. Contudo, a jogadora Mara acredita que a medida é injusta e perigosa, podendo causar atrofia e complicações cardiorrespiratórias. Essa regra, porém, é atualmente indiscutível por ser colocada em questão a vantagem biológica que atletas trans são acusados de ter por atletas e treinadores cis, devido ao nível de testosterona no sangue.

Na perspectiva de Jones *et al.* (2016) citado por Pereira, Garcia e Pedrosa (2020), essa relação hormonal que representa o binarismo entre homens e mulheres tem proporcionado um pânico moral de uma suposta “dominação trans” nas competições esportivas femininas. Destarte, esse pensamento é problemático, pois não leva em consideração outras questões de ordem biológica e social relacionadas ao rendimento esportivo.

Além do preconceito sofrido por toda a sociedade fora das competições, os(as) atletas trans também têm que enfrentar essa discriminação dentro do mundo das práticas esportivas, sustentada pelo argumento de que questões biológicas diferentes causam vantagem, como apresenta a reportagem de Breiller Pires pelo El País Brasil, em janeiro de 2018, que conta a história de Tiffany Abreu, jogadora que é referência até hoje no Brasil: “A primeira transexual na superliga feminina de vôlei, entre a ciência e o preconceito”.

Nessa matéria, o autor conta o processo de transição de Tiffany como a pioneira brasileira, bem como a intolerância e as barreiras que enfrentou mesmo após quase dois anos da regra do COI que autoriza pessoas trans a participarem de competições. O início da carreira como jogadora seguiu o da maioria dos(as) atletas transgêneros: ela passou pela transição estabelecida pelo Comitê e começou a jogar em time do gênero com o qual se identifica. No caso da atleta, ela já jogou a superliga masculina de vôlei no Brasil, mas seu processo de transição e estreia na liga feminina foi na Europa. Após um período jogando na Itália, em que sofreu preconceito e resistência de adversárias, voltou para o país natal, e então enfrentou a mesma intolerância.

Sua estreia no Bauru não a livrou de preconceitos, já que a acusaram de passar por todo o processo de transição apenas porque teria a vantagem biológica de ter um índice maior de testosterona em relação às suas colegas de quadra. Quando a matéria foi feita, Tiffany registrava cerca de 0,2 nmol/L do hormônio no sangue, sendo monitorada regularmente e estando dentro da norma imposta pelo COI. No entanto, isso não impediu que profissionais de saúde achassem seu caso incorreto, como fez o coordenador da Comissão Nacional de Médicos do Vôlei, João Grangeiro, que se manifestou contra a participação da atleta na liga, dizendo que apenas a liberou para jogar porque não havia estudos científicos suficientes que a impedissem, mas não concordava com a medida.

Apesar de expor esse e outro argumento contra a participação da atleta na Superliga, Breiller fala em um trecho: “Enquanto Tiffany enfrenta resistência e preconceito no vôlei feminino, ainda não há estudos científicos capazes de comprovar a suposta vantagem física de atletas trans sobre mulheres cisgêneros” (EL PAÍS BRASIL, 2018), evidenciando o quão difícil foi a trajetória dela enquanto mulher trans, sendo a primeira a atuar legalmente no esporte nacional. Além da intolerância médica apresentada, companheiras de profissão também se expressaram contra a atuação da jogadora no time, como fez a ex-jogadora de vôlei Ana Paula, que escreveu uma carta ao Comitê Olímpico Internacional dizendo que a participação de Tiffany é “um grande deboche às mulheres”, e que o caso dela pode incentivar homens cis a mudarem de gênero apenas para terem vantagens no esporte, como diz que Abreu fez.

Em contraposição a esses discursos preconceituosos, o autor traz a fala de Liliane Rocha, ativista social e fundadora da Gestão Kairós, que vê o comportamento em relação à jogadora como ataques à população trans, dizendo: “Vejo as reações negativas à presença da Tiffany muito mais como um reflexo de preconceito do que um levante pela igualdade no esporte. Se não jogar no feminino, o que ela vai fazer da vida? O acesso ao trabalho é um direito

básico” (EL PAÍS BRASIL, 2018). Assim, traz-se à tona a situação de muitas pessoas trans: qual será o lugar deles(as) no mundo do trabalho?

Para responder tal questionamento, Pires traz dados mostrados por Rocha que evidenciam a realidade de pessoas transexuais no Brasil, contando que a fundadora rebate que seria absurdo um homem cis mudar de gênero no esporte para ter mais vantagens, já que, “antes de se aventurarem pelas quadras, transexuais precisam lutar pela sobrevivência” (EL PAÍS BRASIL, 2018). O autor também relembra que, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a cada 48 horas é assassinada uma pessoa transgênero no Brasil, reforçando o discurso da ativista.

Ao final da narrativa, Breiller conta que a jogadora, por conta da terapia hormonal, diminuiu drasticamente seu desempenho em quadra, adaptando totalmente seu estilo de jogo e seu estilo de vida como, agora, mulher. No entanto, isso não foi suficiente para impedir que a carta de Ana Paula com o apoio de outras jogadoras de vôlei incentivasse equipes rivais a mostrarem publicamente sua repulsa com a permanência de Tiffany na liga. Apesar do escândalo, a ponteira do Bauru se manteve em silêncio, mas ainda assim foi símbolo de pioneirismo e representatividade no mundo esportivo e na comunidade trans do país. Atualmente, a brasileira é inspiração para outras jogadoras ao redor do mundo, como nos casos anteriormente mostrados de Valentina e Mara, reportagens que fizeram questão de citar Tiffany como exemplo transexual no esporte.

Com a intencionalidade de contrapor o discurso meramente biológico que desponta contra a participação de atletas transexuais no esporte de acordo com a identidade de gênero, Sant’ana (2022) ressalta que o corpo de Tiffany apresenta-se como uma figura híbrida na medida em que borra as fronteiras existentes que distinguem homens e mulheres na prática esportiva, já que essa relação tem se pautado pelo corpo meramente biológico. Nessa conjuntura, Castro, Garcia e Pereira (2020) analisam que existem diferenças fisiológicas entre os(as) próprios(as) atletas cisgêneros, produzindo reflexões sobre a possível diferença biológica inata e massacrante entre homens e mulheres. Assim, os autores apontam que talvez seja o momento de repensar a forma como as competições esportivas são categorizadas, uma vez que o binarismo atual torna esse espaço excludente.

Garcia e Pereira (2019), ao analisarem a trajetória da atleta Tiffany Abreu, primeira jogadora transexual de vôlei a atuar profissionalmente no Brasil, mencionam que o gênero é uma construção social que atravessa as práticas corporais, já que, principalmente o mundo esportivo, costuma excluir o que é considerado diferente, utilizando como base apenas aspectos biológicos. Por conta disso, ao problematizar as dificuldades vivenciadas pela jogadora, os

autores também destacam o pioneirismo dela no meio dos esportes para que mais pessoas transexuais conquistem o seu espaço.

Assim como as esportistas apresentadas anteriormente, Omy Perdomo é uma atleta transexual pioneira em seu país, caso evidenciado no jornal El País Brasil (2018) na matéria “Primeira transexual a jogar na elite do vôlei espanhol”. Nesse texto, o autor narra brevemente a trajetória de Perdomo, mostrando o orgulho e a felicidade da atleta que, após oito anos no esporte, finalmente conseguiu vivê-lo da maneira certa para si, em uma equipe feminina na primeira divisão. Mostra-se que, apesar de ser sua estreia, a jogadora já garantiu a vitória e contou como foi animadora e importante para ela. Ainda, o autor relembrou, ao final do texto, o caso de Tiffany Abreu, assemelhando-o ao de Perdomo, que também enfrenta preconceitos dentro e fora de quadra.

A decisão do Comitê Olímpico Internacional de aceitar a participação de transexuais nas competições esportivas é bem recente, contudo, o jornal El País Brasil já trazia uma notícia relacionada ao tema em maio de 2014, na matéria “Meu Deus, por onde começo?”, que apesar de não ser voltada para a atleta, traz o caso da primeira transexual aceita pela FIFA. O autor Gorka R. Pérez desenvolve a notícia acerca do time Samoa Americana, que perdeu de 31 a 0 para a Austrália, como o técnico holandês Thomas Rongen lidou com a equipe, e, finalmente, cita Johnny Saelu, a primeira jogadora transexual aceita pela Federação Internacional de Futebol Associado.

Ao falar dela, o treinador Thomas diz: “Ninguém a julga por sua sexualidade ou por questões religiosas” (EL PAÍS BRASIL, 2018), mostrando a aceitação do time, já que Johnny, como o autor coloca, nasceu homem, mas se sente mulher. Como primeiro caso oficial de uma transexual no futebol, apesar de aceita pela FIFA, a jogadora continuava a jogar na equipe masculina, pois a Federação ainda a impedia de jogar em uma equipe feminina. O time dela, porém, a tratava com igualdade dentro de campo, e com os pronomes de sua escolha fora dele.

Com uma notícia mais antiga, o Portal Geledés traz a matéria “Adolescente canadense torna-se a primeira líder de torcida trans na sua escola”, que foi a primeira matéria de um transexual no mundo das práticas corporais encontrada no site, em fevereiro de 2016. Nela, o autor discorre rapidamente sobre como o esporte ajudou a estudante Phoebe Casinaro, de 16 anos, a passar pelo processo de transição, que envolvia *bullying*, isolamento e preconceito. Ele cita que ser líder de torcida foi algo que aumentou a autoconfiança de Phoebe, salientando como a prática esportiva, por mais difícil que seja o ingresso, pode ajudar pessoas trans a passarem por esse processo.

Em um relato mais extenso e emocionante, o autor Use Lahoz traz a história de Thomas Page McBee na reportagem “Um homem trans sobe ao ringue”, pelo El País Brasil, publicada em janeiro de 2019. Nessa reportagem, Lahoz narra o processo de transição de Thomas e diz que sua transformação é dupla: primeiro, de mulher a homem; depois, de homem a homem, se referindo ao seu ingresso no mundo do boxe. O lutador e escritor, então, falando de seus processos, conta como surgiu a ideia de escrever um livro e sobre o que discorria, sendo chamado *Man Alive*, a primeira obra que mostra a biografia do escritor e porque ele decidiu lutar. Thomas diz que nasceu em um corpo errado, mas sempre teve dificuldade no caminho à masculinidade, por isso, teve que aprender a ser homem, e conta como descobriu o quão tóxica é a masculinidade.

Para o lutador, a escrita e a luta ajudaram a formar o que ele é hoje, mas com elas descobriu que, para os homens, a violência é normalizada, até esperada, assim como a sabedoria e a falta de afeto. Thomas diz que essas questões compõem a heterossexualidade e são coisas ensinadas como uma convenção social, assim como a ideia de gênero, e conta que decidiu subir ao ringue, sendo o primeiro homem trans a fazê-lo, para aprender como ser masculino e o que seria ser masculino. De modo geral, o autor da matéria emprega relatos comoventes no texto, que é mais extenso e conta todos os processos pelos quais Thomas passou, mostrando as dificuldades e as experiências de um atleta transgênero pioneiro no mundo esportivo.

Por fim, Silvestrin e Vaz (2020) destacam que a visibilidade dos corpos trans masculinos que realizam diversificadas práticas corporais coloca em evidência os limites do modelo esportivo institucionalizado e a frágil noção de cidadania de uma estrutura societária que se pretende democrática, mas que segue impedindo que algumas vidas sejam vividas. Portanto, essas corporalidades desviantes produzem a necessidade de forjar outros formatos de competições esportivas e de relações sociais que comportem uma diversidade maior de corpos e experiências.

Dificuldade de aceitação e preconceito em times e federações esportivas

Pode-se colocar nessa categoria temática, composta por cinco reportagens jornalísticas, as matérias que se relacionam a qualquer tipo de abordagem discriminatória que atletas transexuais sofreram ou sofrem para conseguir praticar o esporte no gênero em que se identificam, assim como as dificuldades que passaram e passam para tal.

É um desafio uma pessoa transexual ser aceita no mercado de trabalho. Segundo a Antra, cerca de 90% dessas pessoas acabam na prostituição por falta de oportunidade, como

mostra a reportagem do Dibradoras acima referenciada. Com esse cenário, a luta pelo espaço de atletas transexuais na participação esportiva reforça ainda mais essa realidade, que é amplificada pelo discurso biológico e homofóbico na sociedade, nos times e nas federações em que o(a) atleta trans atua.

Em setembro de 2021, o Portal Geledés publicou a reportagem “Jogador trans abriu mão de copa do mundo feminina para ser feliz, texto escrito por Alex Sabino e retirado de outro jornal, a Folha de São Paulo, para mostrar a realidade de muitos atletas que já atuavam no esporte antes da transição, mas tiveram que interromper a carreira após esse processo. Esse é o caso de Marcelo Nascimento Leandro, que abandonou tudo para realizar a transição. O jogador era destaque no time feminino do Corinthians, como narra o autor, mas não se sentia ele mesmo. Então, ele abdicou da convocação para a Copa do Mundo de 2019 na França.

O autor conta que o processo de Marcelo foi um recomeço e, apesar de ter sido campeão pelo time feminino de futebol, teve depressão em 2018, relatando que “aquele corpo de mulher não era o seu” (PORTAL GELEDÉS, 2021). O jogador também conta como foi difícil não ter um exemplo para seguir, já que atletas trans no esporte, especialmente no futebol, é algo raro, e por isso foi um caminho cheio de dúvidas e incertezas, mas no final ele fez o que sempre desejou. Como o futebol sempre foi sua paixão, o atleta diz que não vai desistir após completar a transição e busca recomeçar em um time masculino que o aceite e o trate como sempre quis ser tratado, como todos os atletas trans sonham.

Nesse contexto, Pisani e Pinto (2021) afirmam que o machismo e a LGBTfobia são estruturantes do campo futebolístico, uma vez que mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ são constantemente questionados(as) em relação à sexualidade e à identidade de gênero. Todavia, esses(as) jogadores(as) resistem ao preconceito, tensionando normas reguladoras dos corpos e subjetividades nos palcos que recebem as práticas de futebol.

A vontade de ingressar no esporte reconhecido socialmente com o gênero que se identifica não é um desejo só de Marcelo, mas também de atletas como Maria Joaquina, de 11 anos, que sofreu preconceito e rejeição na patinação, como mostra a reportagem do El País Brasil, de abril de 2019: “Criança trans é impedida de participar de competição internacional de patinação”. Nela, Arthur Stabile e Paloma Vasconcelos contam como a menina foi rejeitada pela Confederação Sul-Americana de Patinação e a briga dos pais para que ela possa existir socialmente.

Os pais da menina contam que ela tinha o aval da Confederação Brasileira para disputar em competições do seu estado e do país, chegando a já ter sido campeã do Campeonato Brasileiro. Contudo, a Federação Sul-Americana negou a sua participação na categoria

feminina, dizendo que os(as) atletas só poderiam participar na categoria que está no documento de identidade, informando que seguem a regulamentação da Federação Continental de Patinagem. O autor e a autora ainda citam que tais federações trabalham com uma política alinhada à do COI, que estabelece um baixo nível de testosterona no sangue, medida que para Maria Joaquina já é muito baixa, como os pais comprovaram, e mesmo assim não foi permitida a participação da criança na referida competição.

Mais adiante, os jornalistas deixam claro no texto a luta dos responsáveis da menina, contando a história de como Maria se descobriu e contou para os familiares, que sempre a apoiaram e respeitaram, lutando para que pelo menos seu nome social fosse respeitado nas competições enquanto ela não tem idade para passar pelo processo legalmente. Eles citam, como a maioria das notícias, a história de Tiffany Abreu, que já foi relatada anteriormente, sendo exemplo no país todo. Ao final, o veículo tentou contatar a Confederação Brasileira de Patinação, mas não obteve resposta até o dia da publicação da matéria, fazendo algumas indagações sobre a participação de atletas transgêneros nas competições de patinagem.

Assim como Maria Joaquina, Julle também é uma criança transexual que persiste no esporte e sofre preconceito. Em novembro de 2018, o El País Brasil, novamente, publicou a história dele: “Julle, o menino rejeitado no futebol por ser transexual”. O autor conta que o menino sueco de nove anos ama futebol e jogava em um time regional desde 2016, até que, no ano em que essa notícia foi publicada, seu time o rejeitou, decidindo que Julle treinaria na equipe feminina dali para frente.

Diante da exclusão preconceituosa, Julle e a mãe dele denunciaram o caso para a ONG Malmö Mot Diskriminering, o que fez com que o caso passasse a ser o primeiro de discriminação de gênero na Suécia, que é considerada um dos países mais progressistas do mundo quando se trata dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. O autor mostra como essas questões são tratadas pela lei sueca: segundo o artigo 46, pessoas menores de 12 anos podem mudar seu nome, desde que haja consentimento dos(das) responsáveis, além de adotar o pronome neutro *hen* em 2015. Todas essas medidas não condizem com a forma que Julle foi tratado em seu time esportivo, o que fez com que a mãe do menino relatasse que o acontecido tenha sido ignorância.

Em outro caso de impedimento a menores de idade, tem-se o lutador Mack Beggs, na matéria de fevereiro de 2017, publicada pelo Portal Geledés: “A polêmica de Mack Beggs, transexual que se vê como homem, mas é invicto em torneios femininos de luta”. A discussão se baseia no fato de que o atleta de 17 anos atua em competições femininas, mesmo estando em processo de transição para o sexo masculino, fazendo a transição hormonal. Ele foi barrado

pelo estado do Texas, nos Estados Unidos, que o impede de participar de competições masculinas.

Beggs compete em torneios de escolas públicas texanas, que são regulados pelo University Interscholastic League - UIL (Liga Interescolar Universitária), que diz que “os lutadores devem competir de acordo com o sexo registrado no momento do nascimento” (PORTAL GELEDÉS, 2017). Dessa forma, o atleta não para de competir, ainda que no feminino, mas isso causa revoltas principalmente entre suas adversárias, que dizem não ser uma luta justa, já que Mack está em processo de transição hormonal e, de 52 lutas, venceu todas. A UIL permite o uso de testosterona para Beggs por “motivos médicos válidos”, mesmo que isso seja contra as regras, mas não o deixa participar do masculino pelo mesmo motivo. O autor da notícia cita, ao final, que, com toda a polêmica gerada sobre o caso, a UIL pode rever e modificar futuramente o regulamento, mas Mack precisará continuar no campeonato feminino até que tenha idade suficiente para avançar nas ligas e competir no masculino.

Apesar dos citados e mais inúmeros casos de participação transexual negada em times e federações esportivas, a técnica de futebol Marina Rinaldi pôde fazer o que gosta, como mostra a notícia de Erika Zidko, do jornal BBC, que foi publicada no Portal Geledés em fevereiro de 2015: “Com ‘benção’ da igreja, transgênero vence preconceito e vira técnica na Itália”. Ela lidera a equipe masculina desde que um dos padres de sua comunidade lhe fez o convite, defendendo que sempre esteve muito envolvida nos projetos sociais da região.

Na matéria, Zidko traz todo o apoio que Marina, de 33 anos, teve de seus (suas) amigos(as), familiares e inclusive da paróquia que participa, contando um pouco do seu processo de transição e sua carreira. Por mais que a notícia seja antiga se comparada às outras, a técnica diz que nunca se sentiu discriminada no lugar em que vive, e que precisou ter a bênção e o convite da igreja para atuar no esporte, já que tinha parado sua carreira após a transição.

Com base nos materiais apresentados, é possível observar que apenas o Portal Geledés e o El País Brasil trataram dos desafios ou do impedimento da participação de atletas transexuais no esporte devido ao preconceito e à ignorância. Como mostrado, os(as) jogadores(as) transexuais têm que passar pelo processo de transição e pela readequação ao mercado de trabalho, que fica muito mais difícil quando se é um(uma) atleta transgênero, que não tem quase nenhum exemplo a seguir, muitas vezes sendo barrado(a) de atuar no esporte, ou, como no último caso, recebendo uma bênção religiosa para trabalhar naquilo que ama. De modo geral, ambos os veículos apresentaram bem a problemática, contando um pouco da história do(da) esportista, a transição, o impedimento e como os times e as federações se

posicionaram sobre o assunto, mostrando explicitamente a realidade que esses(as) atletas enfrentam.

Também é possível encontrar na literatura científica análises sobre o preconceito de times e federações relacionado à participação de transexuais nos esportes. Assim, Nascimento (2020) problematiza o caso de Tiffany Abreu, no qual a jogadora foi, por vezes, atacada e descredibilizada, principalmente por participantes do ramo esportivo, o que acentua a desigualdade que atletas trans enfrentam, pois a esportista já foi ofendida por companheiras de profissão, treinadores e até políticos. Contudo, atualmente, ela é vista, em muitos contextos, como símbolo de resistência, luta e representação nas práticas esportivas, visando romper as normas conservadoras há muito instauradas nas práticas corporais e na sociedade de maneira geral.

Nesse sentido, Garcia e Pereira (2019) analisaram os enunciados de seis Projetos de Lei protocolados em Assembleias Legislativas nacionais, que visam regulamentar a participação de atletas trans no esporte brasileiro. Como resultados, os autores observaram que todos os Projetos se alicerçam em aspectos unicamente biológicos sobre os sexos, apresentam fragilidades teórico-conceituais sobre as identificações e as expressões de gênero e sexualidades, propõem como solução esportiva alternativas excludentes e/ou vexatórias ao público de atletas trans que queiram competir no Brasil, e não apresentam indicações bibliográficas para as afirmações feitas, evidenciando o preconceito contra as pessoas transexuais no território brasileiro, inclusive nos espaços que envolvem as práticas da cultura corporal.

Debates científico e moral, e a segregação esportiva

Nessa última categoria, incluem-se as notícias que debatem sobre as questões biológicas de se ter um(uma) atleta transexual no esporte e quais questões morais implicam na efetiva participação ou na falta de inclusão deles(as). Ainda, discute-se sobre uma certa segregação quando são criados jogos ou torneios exclusivos para pessoas transgêneros.

Ao tentar inserir-se no mundo esportivo, o(a) atleta transgênero, além de passar pelo preconceito social e todos os trâmites para achar um espaço no meio para competir, tem que lidar com as questões biológicas e morais que cercam sua existência. Debates sobre a participação do(a) esportista vêm de todos os lados, com consulta às mais diversas áreas das Ciências Biológicas e Humanas, menos ao próprio participante, de modo que o corpo dele(a) seja palco de discussões de terceiros. Nesse cenário, apresentam-se as notícias sobre os

respectivos debates e a segregação de atletas da comunidade LGBTQIAPN+ no esporte. A matéria publicada em fevereiro de 2016 na Agência Brasil e republicada no Portal Geledés ilustra um pouco desse cenário. O título é “Travestis e Transexuais podem participar da Olimpíada 2016 como voluntárias”, e explica sobre a reinserção desse grupo no mercado de trabalho. Para o evento das Olimpíadas, foram escolhidas 12 mil pessoas voluntárias para se apresentarem nas cerimônias de abertura e encerramento, como relata a autora Alana Gandra. Por mais que a presença de transexuais e travestis nas Olimpíadas seja apenas simbólica, a ação traz visibilidade a essas pessoas, ajudando a combater o preconceito, contando com a única exigência de que o(a) candidato(a) tenha mais que 16 anos, ação que busca promover a diversidade brasileira, como explica a autora.

Para as pessoas da comunidade, o Projeto Damas foi de grande ajuda para suas seleções, como contam ex-alunos(as) do Projeto. A iniciativa é bem explicada no texto, buscando mostrar como pessoas trans podem conquistar espaço, inclusive no esporte. O projeto tem como propósito a capacitação de transgêneros e travestis para o mercado de trabalho e a recuperação da autoestima deles(as), buscando a reinserção social desse grupo, já que pessoas trans são excluídas da sociedade prematuramente. O coordenador do projeto, Carlos Alexandre Neves Lima, diz que ele serve para “prepará-las para o mercado de trabalho para estarem aptas a concorrer com os demais cidadãos e terem os mesmos direitos”.

Nessa notícia, Alana traz um importante dado que inspira o Projeto a existir: o fato de mais de 90% das alunas trans estarem no mundo da prostituição quase que obrigatoriamente, já que não há oportunidades para elas. A escritora conta que o objetivo do Damas é fornecer meios para se obter informação e ajudar psicologicamente, aumentando a autoestima das pessoas transgêneros, já que não há apoio social e, muitas vezes, familiar. A iniciativa ainda conecta alunas, ex-alunas e órgãos vinculados que possam oferecer estágio e emprego para elas. Dessa forma, a segregação em que vivem transexuais e travestis se reduz com projetos como esse, mesmo diante de discursos preconceituosos que as afastam do convívio normal em sociedade.

Iniciativas como as do Projeto Damas são essenciais em uma sociedade transfóbica como a que vivemos, mostrando atitudes que federações poderiam adotar para inserir atletas transexuais nos esportes, mas acabam contrariadas por discursos biológicos e morais. Uma notícia de janeiro de 2018, publicada no Huff Post Brasil, e, posteriormente, no Portal Geledés, mostra como as ligas lidam com isso: “Atletas transgêneros têm de ser incluídos no esporte, diz Federação Internacional de Vôlei”. A escritora Andréa Mantinelli discorre sobre como as federações esportivas lidam com casos de atletas trans em suas ligas.

O caso que motivou a discussão a respeito do tema foi o de Tiffany Abreu, jogadora citada anteriormente, e que, segundo Andréa, causou mal-estar na Superliga Feminina e dividiu opiniões de especialistas. A Federação Internacional de Vôlei (FIVB) confirmou ser favorável à participação de atletas trans no mundo esportivo, seguindo o regulamento do COI. No entanto, desde a publicação do regulamento, a FIVB se compromete apenas a “estudar melhor” a questão, mas diz que “a participação de transgêneros ou não nos times é responsabilidade das federações locais” (PORTAL GELEDÉS, 2018), levando-nos a questionar qual seria o poder e a influência das regras do COI nas federações menores.

Para garantir que a FIVB estuda a questão, Annie Peytavin, que chefiou a reunião da comissão médica da federação de vôlei, diz que “a comissão está empenhada em estudar mais essa questão” (PORTAL GELEDÉS, 2018), reafirmando que tomarão decisões baseadas nos estudos mais recentes. No âmbito social, Annie fala que o objetivo da comissão é “assegurar a escolha individual de uma pessoa” (PORTAL GELEDÉS, 2018), mas no biológico quer assegurar condições equitativas no campo de jogo. O texto também relembra as normas do COI, que indicam terapia hormonal e documentação atualizada obrigatoriamente para mulheres transexuais, mas não para homens trans.

Por mais que as federações internacionais digam que a participação de transgêneros nos campeonatos nacionais seja responsabilidade das ligas nacionais, independentemente das normas delas, o secretário-geral da FIVB, Luis Fernando Lima, reconhece que a discussão seja “complexa e sensível” (PORTAL GELEDÉS, 2018). Segundo ele, “precisam estar atentos às igualdades dentro das categorias” (PORTAL GELEDÉS, 2018), tratando isso apenas de maneira biológica, não levando em consideração que não há igualdade quando excluem atletas trans da participação nos esportes. Novamente, a FIVB, junto ao COI e à Associação das Federações Internacionais de Esportes Olímpicos de Verão (ASOIF), promete estudar o assunto e rever suas regras, mas não estipula previsão para tal.

Enquanto as federações não tomam posicionamentos definitivos e justos quanto à participação de atletas trans nos times e esportes dominados por pessoas cis, a própria comunidade cria esses espaços. Em novembro de 2016, o Portal Geledés republicou a matéria do *Catraca Livre* sobre um time formado exclusivamente por pessoas trans: “Meninos Bons de Bola, o primeiro time de homens trans do Brasil”. Nela, o autor explica sobre a equipe composta por 15 homens e o que os motivou a jogar futebol, que foi o preconceito sofrido em times cis, sendo o Meninos Bons de Bola um espaço de acolhimento e prazer para esses rapazes poderem praticar esporte sem medo.

Durante a notícia, narra-se sobre o preconceito e a violência sofridos por esses jogadores em outros times. No final da matéria, o autor traz o posicionamento da Federação Internacional de Futebol (FIFA) sobre a participação de atletas transexuais no esporte: “Nenhum tipo de discriminação tem lugar no futebol” (PORTAL GELEDÉS, 2016). Apesar de tais palavras, a federação não motiva a inclusão de atletas trans na prática esportiva; não discrimina, mas também não inclui, de modo que as pessoas trans, sozinhas, têm que criar espaços e oportunidades que não lhes foram dadas, gerando, de modo simbólico, uma segregação no mundo esportivo.

Pisani e Pinto (2021), a partir de dados etnográficos de uma pesquisa realizada com o time Meninos Bons de Bola, o primeiro time de futebol formado exclusivamente por homens trans no Brasil, mencionam que esses atletas têm suas subjetividades e identidades colocadas em xeque, principalmente pelas falas e ações de jogadores de times adversários, assim como de árbitros e bandeirinhas envolvidos em campeonatos. A invisibilização das pessoas e das identidades trans configura-se, nesse cenário, em violência, que deveria ser coibida e eliminada de espaços que se pretendem acolhedores das diversidades e diferenças.

É o que mostra a última reportagem analisada: “Taça da Diversidade, o torneio que une pessoas LGBTQs afastadas do futebol pelo preconceito”, publicada em junho de 2022 pela Carta Capital, sendo a reportagem mais recente que encontramos relacionada ao tema, escrita por Victor Ohana. Como o time Meninos Bons de Bola, o torneio tem a intenção de incluir no esporte pessoas afastadas por preconceito e medo da violência, juntando mais de 200 pessoas para a terceira edição da competição – a primeira ocorreu em 2016 e a segunda em 2019. Além da Taça da Diversidade, o autor cita a Champions LiGay, que atualmente é um campeonato a nível nacional de futebol para a comunidade, e a Taça Hornet de Futebol da Diversidade.

No decorrer do texto, Victor conta como foram criados os torneios, quais modalidades são jogadas, cita os times mais famosos do país e os futuros projetos das ligas. Traz, ainda, a fala de Carlos Renan dos Santos Evaldt, diretor-presidente da Taça, que diz: “Estamos aqui para afirmar que o esporte é para todos” (CARTA CAPITAL, 2022), buscando fortemente promover a diversidade. Alguns participantes ainda relatam como o torneio é importante para não se sentirem sozinhos. A iniciativa, porém, parece acolhedora a princípio, mas o autor conta como o torneio funciona: “O torneio premiará duas agremiações separadamente, uma de pessoas cis e outra de pessoas trans” (CARTA CAPITAL, 2022). Explica, também, os núcleos: homens gays, mulheres lésbicas, homens e mulheres e pessoas heterossexuais, havendo homens trans, mas não mulheres trans.

Camargo (2021) menciona que a primeira *Champions LiGay* ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, num complexo esportivo com quadra de futsal na Barra da Tijuca, em 2017. As equipes participantes expressam-se no futebol ostentando a bandeira do movimento político LGBTIQAPN+, com pautas contra as inúmeras discriminações sofridas no esporte.

Silvestrin e Vaz (2021) destacam a criação de diversos times de futebol formados por pessoas transexuais, como o *Transviver Futebol Clube*, que surgiu no início de 2018, em Recife, o qual faz parte da ONG Instituto *Transviver*, que oferece apoio psicossocial à comunidade LGBTQIAPN+, com foco em pessoas trans, e se ergue sobre os pilares da educação, da cultura e do esporte; o *BigTBoys*, do Rio de Janeiro, uma equipe de futebol *Society* que foi criada na tentativa de superação da invisibilidade dos homens trans; e outros dois times em São Paulo: o *Transversão Futebol Clube* e o *Os T Mosqueteiros*, que treinam juntos na quadra da *Casa Florescer* (Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais), que abriga mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social. Apesar de os times serem compostos apenas por pessoas trans masculinas, as moradoras da casa são convidadas a participar dos treinamentos e o fazem quando desejam.

Todavia, a existência dos campeonatos e o modo como eles são distribuídos, infelizmente, reforçam a segregação esportiva. A forma como dividem a comunidade em grupos separados não inclui pessoas trans no esporte, mas fortalece os times cisgêneros, induzindo que transgêneros joguem separadamente, mesmo quando a intenção é promover a diversidade. Nesse aspecto, Camargo e Kessler (2017) advertem que quando se inter-relacionam sexualidade e sistema esportivo, os corpos aparecem como marionetes dentro do palco da heteronormatividade, proporcionando que apenas os sujeitos considerados “normais” tenham permissão para participar das competições esportivas, enquanto o restante deve ser excluído por algum discurso moralista. Os conceitos proferidos por treinadores e médicos, que na maioria das vezes privilegiam as pessoas com corpos atléticos normativos/inteligíveis, acabam determinando o ostracismo social de qualquer atleta que fuja do binarismo masculino/feminino.

Apenas o Portal *Geledés* e a *Carta Capital* discorreram sobre a terceira categoria, mostrando as formas de inclusão do(a) esportista transexual no esporte e o posicionamento das federações, que, como foi demonstrado, ainda se utilizam das análises das questões biológicas e morais para se posicionarem quanto à participação deles e delas nas modalidades esportivas. Além disso, é possível concluir que a forma de inclusão que a própria comunidade encontrou para a participação de transgêneros no mundo esportivo não resolve o problema social levantado na problemática, que é o direito da comunidade LGBTQIAPN+ de participar como

iguais, com o gênero com o qual se identificam, dos esportes que trabalham e nos times que o satisfazem.

Nesse contexto, Grespan e Goellner (2014) evidenciaram o processo discriminatório, compreendendo a inserção de Fallon Fox como atleta transexual profissional do *Mixed Martial Arts*, mais especificamente, a luta contra Allanna Jones, no dia 24 de março de 2013, nas semifinais do Championship Fighting Alliance, a partir da análise de 510 comentários postados em três meios de comunicação vinculados às lutas, buscando apreender os discursos que seus usuários produziram sobre o tema em tela. As autoras identificaram que os argumentos utilizados para justificar o caráter impróprio da disputa estavam assentados na utilização de discursos jurídicos e médicos para atestar a vantagem de Fallon Fox sobre sua oponente e a transfobia.

Todo esse preconceito e discriminação contra a participação de pessoas transexuais nas práticas corporais ocorre porque o esporte pode ser considerado uma ferramenta que, a partir de saberes biológicos e práticas biotecnológicas, divide a sociedade, construindo e afirmando definições como gênero, sexo e sexualidade em atletas. As definições de gênero foram criadas na estrutura social a partir de explicações biológicas do corpo. Portanto, o feminino e o masculino são construções sociais que são entendidas como uma limitação, e tal prática é visivelmente compreendida pelo esporte. Uma forma bastante relevante de se compreender essa realidade é a existência da Agência Antidoping para competições esportivas, a qual tem o objetivo de qualificar a capacidade biológica do(a) atleta de participar de competições sem que haja vantagem sobre outros(as). No entanto, ao longo dos anos, foram feitos exames invasivos, testes biológicos e pessoas intersexuais foram desclassificadas de competições esportivas em nome de promover a igualdade nas práticas esportivas, estabelecendo padrões e excluindo uma parcela de pessoas que não tinham a intenção de trapacear, a descaracterizando de seu sexo – definido biológica e culturalmente (ZOBOLI; MONSKE; GALAK, 2021).

Dessa forma, existe uma universalização do corpo esportivo por meio da biologia, e o que não se encaixa, o “degenerado”, ao ser excluído, torna-se um animal, já que não o inclui como homem, como ser humano, sendo os corpos transexuais considerados anormais. Ainda que haja uma ampliação das fronteiras e a abertura das normas fortemente estabelecidas na biologia quanto às definições de gênero, sexo e sexualidade, a fisicalidade dos corpos ainda é um forte vetor para definir o indivíduo socialmente (ZOBOLI; MONSKE; GALAK, 2021).

Considerações finais

Os meios de comunicação utilizados para a análise da participação transexual no esporte são tratados como progressistas e os resultados foram embasados para comprovar ou não tais considerações. Os quatro veículos citados – Blog Dibradoras, Jornal El País, Revista Carta Capital e Portal Geledés – trouxeram no total 16 matérias relacionadas ao tema, nas quais pode-se ver a realidade dos(as) atletas trans no mundo esportivo. De forma geral, todos os portais examinados trabalharam de maneira a promover a inclusão desses(as) esportistas nas práticas corporais, trazendo os relatos pessoais de cada um(uma) que foi excluído(a) do esporte, bem como as barreiras que enfrentaram e ainda enfrentam para conquistarem espaço e respeito. Evidenciado como principal causa da exclusão dos(as) atletas está o preconceito, fruto da ignorância e do desconhecimento baseado em argumentos puramente biológicos e excludentes.

A maioria das notícias apresentadas, principalmente nos dois primeiros temas, traz um cunho emocional ao se narrar a história de vida dos(as) jogadores(as), o processo de transição, a luta no ambiente esportivo, a busca por respeito e a aceitação ou negação. Os autores e as autoras mostram a realidade dessas pessoas quando lutam por reconhecimento social e como isso os(as) afeta psicologicamente e fisicamente, mostrando inclusive falas preconceituosas do público, de federações e de colegas de profissão, na maioria das vezes as rebatendo com saberes de especialistas e dados científicos, e prezando pela inclusão esportiva.

Além disso, o último tema retrata a solução que os(as) próprios(as) atletas transexuais e homossexuais tiveram que encontrar para poder participar do esporte, como narram os(as) autores(as), evidenciando a forma como essas competições segregam ainda mais. Esse tópico também traz o posicionamento das federações, com os(as) produtores(as) dos textos mostrarem-se preocupados(as) ao cobrar um posicionamento dessas associações e não obter uma resposta satisfatória, deixando evidente o pouco caso ou a falta de resposta, que compõe um debate moral e biológico no qual atletas trans são constantemente atacados sem o conhecimento científico necessário.

Em via das conclusões apresentadas, é visível que esses meios de comunicação, mesmo com uma produção pequena de reportagens a respeito da temática transexual no esporte, buscam promover a inclusão e a aceitação desses(as) atletas transgêneros nas práticas corporais. Assim, eles tentam evidenciar a realidade e combater o preconceito com a realidade estudada, e não com falácias ignorantes, como também mostram que ocorre. Portanto, esses veículos midiáticos têm um papel de extrema importância para levar conhecimento sobre uma realidade pouco

falada no mundo esportivo, buscando mostrar que atletas trans existem e merecem ter seu lugar no mundo do trabalho, no esporte e na sociedade.

Por fim, defendemos que a participação de pessoas transexuais nas práticas corporais, que foi analisada e debatida neste artigo, seja problematizada nas aulas de Educação Física Escolar, potencializando essas reflexões com as crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a Educação Básica brasileira.

Referências

BLOG DIBRADORAS. **1ª jogadora trans no futebol argentino**: “hoje posso ser quem realmente sou”, 2021. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2021/03/01/1a-jogadora-trans-no-futebol-argentino-hoje-posso-ser-quem-realmente-sou/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI 10.1191/1478088706qp063oa. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1191/1478088706qp063oa?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CAMARGO, W. X. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, 2016. DOI 10.22456/1982-8918.66188. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66188>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CAMARGO, W. X. Gêneros em disputa: a LiGay Nacional de Futebol Society e o espaço de acontecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9584-2021v29n279423. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79423>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e *performance* no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 191-225, 2017. DOI 10.1590/S0104-71832017000100007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos/issue/view/3613/819>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CARTA CAPITAL. **Itália tem primeira atleta transgênero vestindo a camisa da seleção**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/italia-tem-primeira-atleta-transgenero-vestindo-a-camisa-da-selecao/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CARTA CAPITAL. **Taça da diversidade, o torneio que une pessoas LGBTQs afastadas pelo futebol pelo preconceito**, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/taca-da-diversidade-o-torneio-que-une-pessoas-lgbt-afastadas-do-futebol-pelo-preconceito/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CASTRO, P. H. Z. C.; GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 1-22, 2020. DOI 10.5007/2175-8042.2020e62806. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e62806>. Acesso em: 6 abr. 2023.

DEVIDE, F. P. **Estudos de gênero na educação física e no esporte**. Curitiba: Appris, 2017.

DEVIDE, F. P.; BRITO, L. T. **Estudos das masculinidades na Educação Física e no esporte**. São Paulo: nVersos, 2021.

DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. **Educação Física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí, 2013.

EL PAÍS BRASIL **Julle, o menino rejeitado no futebol por ser transexual**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/09/deportes/1541757607_371379.html. Acesso em: 25 abr. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **“Meu deus, por onde começo?”**, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/28/deportes/1401297390_477521.html. Acesso em: 25 abr. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **A primeira transexual a jogar na elite do vôlei espanhol**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/deportes/1519642754_071724.html. Acesso em: 25 abr. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **A primeira transexual na superliga feminina de vôlei, entre a ciência e o preconceito**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/27/deportes/1517010172_234948.html. Acesso em: 25 abr. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **Criança trans é proibida de participar de competição internacional de patinação**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/12/politica/1555075950_716051.html#?rel=mas. Acesso em: 25 abr. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **Um homem trans sobe ao ringue**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/eps/1545930274_681257.html#?rel=mas. Acesso em: 25 abr. 2023.

FONSECA, M. P. S.; BRITO, L. T. Por uma perspectiva inclusiva na Educação Física Escolar. In: CARVALHO, R. M. A.; PALMA, A.; CAVALCANTI, A. S. S. **Educação Física, soberania popular, ciência e vida**. Niterói: Intertexto, 2022. p. 69-83.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A trajetória profissional de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, 2019. DOI 10.22456/1982-8918.82941. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/82941>. Acesso em: 1 nov. 2022.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. Uma análise axiológica dos projetos de lei sobre pessoas trans e esporte no Brasil. **Educación Física y Ciencia**, Ensenada, v. 22, n. 4, 2020.

DOI 10.24215/23142561e154. Disponível em:
http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612020000400154.
Acesso em: 5 nov. 2022.

GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1265-1282, 2014. DOI 10.22456/1982-8918.46216. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/46216/0>. Acesso em: 4 nov. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 6. ed. São Paulo: EPU, 2003.

MALDONADO, D. T. Por uma educação física escolar feminista. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 15-38, 2021.

MALDONADO, D. T.; FREIRE, E. S. Produção curricular na área de Educação Física: possíveis apontamentos de uma virada epistemológica no cotidiano escolar. In: FREIRE, E. S. *et al.* **Saberes de professores e professoras de Educação Física**: docência, pesquisa e o currículo em ação. Curitiba: CRV, 2022. p. 39-56.

MALDONADO, D. T.; SILVA, M. E. H.; MARTINS, R. M. **Educação Física Escolar e justiça social**: experiências curriculares na educação básica. Curitiba: CRV, 2022.

NASCIMENTO, R. H. J. **Transexualidade e esporte**: uma análise dos discursos midiáticos jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2020. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/23615>. Acesso em: 4 nov. 2022.

PEREIRA, E. G. B.; GARCIA, R. M.; PEDROSA, G. F. S. Análise bibliométrica sobre atletas transgênero no esporte. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 112-138, 2020. DOI 10.22409/rg.v21i1.46609. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46609>. Acesso em: 7 abr. 2023.

PISANI, M. S.; PINTO, M. R. Expressões e corporalidades de mulheres cis e homens trans no ambiente futebolístico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9584-2021v29n279331. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79331>. Acesso em: 4 nov. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **A polêmica de Mack Beggs, transexual que se vê como homem, mas é invicto nos torneios femininos de luta**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/polemica-de-mack-beggs-transexual-que-se-ve-como-homem-mas-e-invicto-em-torneios-femininos-de-luta/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Adolescente canadense torna-se a primeira líder de torcida trans de sua escola**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/adolescente-canadense-torna-se-a-primeira-lider-de-torcida-trans-de-sua-escola/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Atletas transgêneros têm de ser incluídos no esporte, diz Federação Internacional de Vôlei**, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/atletas-transgeneros-tem-de-ser-incluidos-no-esporte-diz-federacao-internacional-de-volei/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Com a bênção da igreja, transgênero vence preconceito e virá técnica na Itália**, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/com-bencao-da-igreja-transgenero-vence-preconceito-e-vira-tecnica-na-italia/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Jogador trans abriu mão da copa do mundo feminina para ser feliz**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jogador-trans-abriu-mao-de-copa-do-mundo-feminina-para-ser-feliz/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Meninos bons de bola, o primeiro time de homens trans do Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/meninos-bons-de-bola-o-primeiro-time-de-homens-trans-do-brasil/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Travestis e Transexuais podem participar da Olimpíada de 2016 como voluntárias**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/travestis-e-transexuais-podem-participar-da-olimpiada-2016-como-voluntarias/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SANT'ANA, G. Corpos dissonantes: o ingresso da atleta transsexual Tiffany na superliga feminina de vôlei e a desestabilização da unidade corporal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8670422>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 4 nov. 2022.

SILVESTRIN, J. P.; VAZ, A. F. Meninos Bons de Bola: transmasculinidades em quadra. **CSONline**, Juiz de Fora, n. 31, p. 153-167, 2020. DOI 10.34019/1981-2140.2020.30498. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/30498>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SILVESTRIN, J. P.; VAZ, A. F. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9584-2021v29n279366. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79366>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S.; GALAK, E. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9584-2021v29n279304. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79304>. Acesso em: 1º nov. 2022.

Submetido em 5 de novembro de 2022.

Aprovado em 5 de abril de 2023.